

A SAÚDE PÚBLICA E A ATUAÇÃO DOS POSTOS DE PROFILAXIA RURAL NO **PIAUÍ (1924- 1930)**

Romão Moura de Araújo¹

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o processo de institucionalização da saúde pública no Piauí considerando o período compreendido entre 1920 e 1930. É neste momento que passa a vigorar no estado o Serviço de Saneamento Rural, fruto do convênio assinado com o Governo Federal tendo como justificativa o combate às endemias rurais. No período mencionado aponto que, a instalação dos postos de profilaxia rural, decorrente dos convênios firmados com a União, foram no estado, a base impulsionadora para a criação e consequente ampliação aos municípios de uma estrutura sanitária que ainda era muito incipiente no período. Neste sentido, considero a década de 1920 como o momento a partir do qual a saúde pública no Piauí alcança por meio de ações práticas outras regiões, criando uma estrutura sanitária que fluirá para além da zona próxima a Teresina, capital do Estado.

Palavras-chave: Saneamento Rural; Estrutura Sanitária; Piauí.

PUBLIC HEALTH AND THE PERFORMANCE OF RURAL PROPHYLAXIS POSTS **IN PIAUÍ (1924- 1930)**

Abstract: The objective of this article is to analyze the process of institutionalization of public health in Piauí considering the period between 1920 and 1930. It is at this moment that the Rural Sanitation Service comes into force in the state, as a result of the agreement signed with the Federal Government with justification combating rural endemic diseases. In the period mentioned, I point out that the installation of rural prophylaxis posts, resulting from the agreements signed with the Union, were in the state, the driving force for the creation and consequent expansion to the municipalities of a health structure that was still very incipient in the period. In this sense, I consider the 1920s as the moment from which public health in Piauí reaches practical regions in other regions, creating a health structure that will flow beyond the area near Teresina, the state capital.

Keyword: Rural Sanitation; Sanitary Structure; Piauí.

¹ Mestre em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz - Coc. Tem interesse na área de História, com ênfase em História da Saúde e das Doenças; História do Brasil República; História do Piauí na Primeira República com ênfase nas instituições e nas políticas públicas em saúde. Email: romaoaraujo@live.com.

Introdução

Eurípedes Clementino de Aguiar, governador do Piauí, em mensagem encaminhada à Câmara Legislativa no ano de 1920, evocou sua insistência, desde o início de seu mandato (1916), em relatar a situação sanitária do estado e enfatizar a importância da organização do serviço de saneamento, sempre adiado devido a fatores econômicos. De acordo com Clementino de Aguiar, agora que tais embaraços haviam sido vencidos, era tempo de realizar

[...] algum esforço no sentido de melhorar a nossa situação sanitária, organizando uma campanha bem orientada, contra as principais endemias que nos flagellam, isto é, contra o paludismo e as verminoses. Para isso devemos aproveitar o exemplo de outros Estados que, como nós, flagellados pelas mesmas moléstias tropicais, já enfrentaram o problema e o estão resolvendo satisfatoriamente².

Superados os aspectos percebidos como atraso econômico, o então governador reclamava melhorias na situação sanitária. A noção de interdependência sanitária é evidente em sua fala, ao indicar que os estados vizinhos já estavam resolvendo questões relacionadas às moléstias tropicais, enquanto isso, no Piauí, prevaleciam ainda o impaludismo e as verminoses. No decorrer da Primeira República, tendo como elemento, a saúde

[...] se construiu uma consciência, entre as elites, sobre os efeitos negativos gerados pelas condições sanitárias do país e sobre a precariedade da saúde de sua população. A consciência da interdependência social, política e territorial significou uma etapa na

² APEPI. Mensagem Apresentada À Câmara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar no dia 1 de Junho de 1920. Theresina: Imprensa Official, 1920.

constituição de um sentimento de comunidade nacional, que implicou uma reflexão e um debate sobre os arranjos institucionais e as políticas eficazes para solucionar os efeitos negativos da interdependência³.

De acordo com Castro Santos⁴, no referido contexto, tornava-se essencial para a cura dos males brasileiros, maior atenção do Estado em relação à saúde, e no bojo dessas questões, outros elementos, tais como modernidade e construção da identidade nacional, estavam intrínsecos ao processo, ou como aponta Nísia Trindade, “sertão, povoamento, civilização, integração à nacionalidade, são [...] termos recorrentes em diferentes documentos das três primeiras décadas do século XX”⁵.

Dentro deste contexto, devemos considerar a importância das viagens científicas e do movimento sanitarista, o qual expressou-se fundamentalmente na reivindicação de que o Estado brasileiro aumentasse seu poder de intervenção no campo da saúde pública⁶. A partir de então, o governo passou a ser visto como o responsável pelas condições de precariedade sanitária das populações, não mais a natureza, ou seja, as endemias rurais eram decorrentes do descaso e do abandono por parte das elites políticas do país⁷.

³ HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2012, p.49.

⁴ CASTRO SANTOS, Luiz A. Poder, Ideologias e Saúde no Brasil da Primeira República. In: *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. HOCHMAN, Gilberto (org.) Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

⁵ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; 2013 aumentada, p.116.

⁶ PONTE, Carlos Fidelis; KROPF, Simone P.; LIMA, Nísia, T. O sanitarismo (re)descobre o Brasil. PONTE, Carlos Fidelis; FALLEIROS, Ialê (Org.). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz; Escola Politécnica de Saúde - Fiocruz, 2010, p. 82. Disponível em: <http://observatoriohistoria.coc.fiocruz.br/php/level.php?lang=pt&component=37&item=7>.

⁷ HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

Apesar de a descrição da população [...] muitas vezes, assemelhar-se a uma imagem negativa corrente no período, a grande mudança está na atribuição de responsabilidade pela apatia e pelo atraso. Seria o governo, e não mais a natureza, a raça ou o próprio indivíduo, o grande culpado pelo abandono da população à própria sorte. As autoridades públicas, todos os níveis, são apontadas como as verdadeiras responsáveis pela situação vigente no interior do país, cujo abandono deixa como legado as endemias rurais e suas consequências⁸.

Como consequência da intensa campanha pelo “Saneamento do Brasil”, deu-se o surgimento de novas agências e de políticas governamentais em saúde pública e saneamento. Nesse sentido, o Piauí buscava também fazer parte desta “comunidade nacional”, enfatizada por Gilberto Hochman.

Compor os quadros de uma nação saudável e acompanhar o ritmo de outros estados que também já empreendiam melhorias na saúde pública parecia uma questão urgente para o Piauí daquele momento.

Cabe ressaltar que até o ano de 1920, dos estados que haviam feito acordos com a União para a execução de serviços de saneamento em seu território estavam: e Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia, limítrofes com o Piauí⁹.

A mensagem de 1920 do então governador nos chama atenção ainda para as relações entre saúde e melhorias econômicas, posto que ao expor a situação sanitária piauiense, comumente, destacava a associação entre a irrupção de doenças (como o impaludismo, endêmico em quase todo o território piauiense) e o desenvolvimento de indústrias e melhorias nas

⁸ HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2012, p. 67.

⁹ DAD/COC. Dossiê 1909 - Relatório dos Serviços de Saneamento e Profilaxia Rural. BRRJCOC BP.04-01-109. 1921, p. 3.

condições de trabalho, em especial, em atividades como a lavoura e a pecuária.

Nos apontamentos de Eurípedes Clementino de Aguiar observamos a percepção de que a solução das questões sanitárias estaria estreitamente ligada ao progresso do estado. Portanto, Clementino de Aguiar correlacionava economia e saúde. No entanto, não é claro que estabilidade econômica prescindiria em melhoramentos de saúde ou vice-versa.

Ao final de seu governo, fugindo “ao campo teórico passando para o prático”, foi apresentado um projeto que objetivava criar um posto sanitário em Teresina, experiência que deveria se estender pelo território piauiense. Num primeiro momento, reconhecia-se a impossibilidade de se organizar no estado um serviço de saneamento com maior amplitude. Portanto, optava-se pela criação do posto na capital, com pessoal, material e recursos ao combate, principalmente, às verminoses.

No tocante ao restante do estado, a ideia era que, outros postos fossem fundados, expandindo as ações sanitárias pelo território. De acordo com Eurípedes Clementino de Aguiar, o governo não poderia organizar um serviço de saneamento “complicado e dispendioso”, mas deveria,

[...] traçar e seguir um programma modesto. [...] quanto ás verminoses [...] começar pela montagem de um posto sanitario em Theresina, com o pessoal, material e recursos estrictamente necessarios ao diagnostico e tratamento dessas [...] á medida que se forem patenteando os resultados vantajosos da campanha, se fundarão outros postos, de conformidade com o que a experiencia nos aconselhar e as nossas forças comportarem¹⁰.

¹⁰ APEPI. Mensagem Apresentada Á Camara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar no dia 1 de Junho de 1920. Theresina: Imprensa Official, 1920, p. 44.

Não podemos negar a importância geográfica, política e econômica de Teresina ao longo do período abordado. Apresentamos anteriormente as principais questões em torno da transferência da sede administrativa do estado, de Oeiras para Teresina, dentre as quais, a importância de um local com boas condições de salubridade.

Como demonstrado na citação acima, a tônica a partir da capital permaneceu. Consequentemente alguns trabalhos reforçaram essa visão uma vez que projetaram a realidade sanitária da capital ao restante do estado.

Considerando que as questões sanitárias no estado não devem ser entendidas de forma homogênea, procederemos às discussões deste artigo, buscando evidenciar as peculiaridades de outras regiões, especialmente, da zona rural piauiense.

O espaço rural do Piauí é percebido aqui, a partir das zonas rurais das cidades de Teresina, Parnaíba e Floriano, localizadas respectivamente nas regiões meio norte, norte e centro sul. A escolha por estes espaços se deu considerando a natureza das fontes arroladas, que não nos permitem leituras que abarquem outras regiões. Porém, por se localizarem em pontos distintos do estado, nos permitem um panorama mais abrangente acerca das condições sanitárias piauienses.

A realização de convênios com os estados tornava possível a ação do poder central sem ferir o dispositivo constitucional que garantia suas respectivas autonomias, assegurando sua penetração na sociedade, bem como, legando a criação de uma infraestrutura estatal com autoridade sanitária em grande parte do território brasileiro.

Hochman afirma que, a partir da realização de acordos para a execução dos serviços de saneamento rural, a autoridade sanitária foi se fazendo presente em todo o território nacional por meio de suas ações de profilaxia das endemias rurais, de combate às endemias e de outras ações

de saneamento, as quais possibilitaram o surgimento de uma infraestrutura nacional de saúde pública¹¹. Dessa forma, no final da década de 1920, os serviços de profilaxia estavam espalhados pelo país e os próprios estados começavam a organizar seus departamentos e serviços de saúde e formar profissionais especializados para trabalhar nos serviços de saúde pública¹².

No Piauí, conforme veremos a seguir, tentativas de organização do serviço de saneamento no estado começaram a surgir no início dos anos 1920. Uma das primeiras medidas nesse sentido foi a criação do posto Sanitário de Teresina. Ao longo destes anos percebe-se uma tomada de consciência acerca das precárias condições de saúde nos municípios piauienses, o que, convergiu para ações práticas, culminando na reunião de representantes dos poderes municipais com o governo do estado para que pudessem deliberar acerca dos problemas abrangentes às municipalidades, tais como instrução, saneamento urbano e rural, vias de comunicação, desenvolvimento agrícola e pecuário.

Os sacrifícios serão recompensados: a organização do serviço de saneamento no Piauí (1920-1924)

Pedindo mais uma vez a vossa esclarecida attencção para tão esclarecido assumpto, espero que o estudeis com o cuidado que ele merece, tomando as providencias legislativas necessárias á bõa organização do serviço de saneamento, certos de que os sacrificios que fizermos nesse sentido serão de sobra recompensados pelos resultados benéficos que, do referido serviço, advirão para o progresso e engrandecimento do Piauhy¹³.

¹¹ HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2012, p.178.

¹² HOCHMAN, Gilberto e FONSECA, Cristina M. Oliveira. O que há de novo? Políticas de saúde e previdência, 1937-45. In: PANDOFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 73-93.

¹³ APEPI. Mensagem Apresentada Á Camara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar no dia 1 de Junho de 1920. Theresina: Imprensa Official, 1920.

Na citação acima, Clementino de Aguiar sublinha a importância de se ter um serviço de saneamento bem organizado. Correlacionando saúde e progresso, o governador assinala que a boa organização do serviço de saneamento acarretaria em resultados benéficos proporcionando o engrandecimento do Piauí.

A organização dos serviços de saúde começara a ser reclamada pelos governantes com maior ênfase desde meados da década de 1910, de início muito mais no campo do discurso político, já que, como foi demonstrado, nada se realizou na prática. Apenas na década seguinte, tais discursos constituíram-se enquanto ações, por exemplo, com a instalação do posto sanitário de Teresina em 1920 e articulações a favor de sua expansão para o interior do estado.

O Posto Sanitário foi criado pela lei nº 983 promulgada em 24 de julho de 1920, vindo a funcionar de fato a partir de janeiro de 1921, já no governo de João Luiz Ferreira (1920-1924), governador que assumiu após o término do mandato de Clementino de Aguiar.

Um dos objetivos primeiros da lei era “[...]combater as verminoses, malária e outras endemias reinantes no estado e ocupar-se da vacinação e revaccinação contra a variola”¹⁴. O Piauí foi apontado pelo discurso oficial como o último retardatário na campanha pelo saneamento brasileiro e a instalação deste posto no estado seria o primeiro passo rumo a solução das suas “deploráveis condições sanitárias”¹⁵.

[...] prossigamos com redobrada energia na ação iniciada sejam quais forem os sacrifícios que dentro das nossas possibilidades se nos façam mister, uma vez que pela voz da sciencia experimental ratificada agora pela objectiva do microscópio já não nos pode

¹⁴ APEPI. Mensagem Apresentada Á Camara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira no dia 1 de Junho de 1921. Theresina: Typ do O Piauhy, 1921, p.41.

¹⁵ APEPI. Mensagem Apresentada Á Camara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira no dia 1 de Junho de 1921. Theresina: Typ do O Piauhy, 1921, p.41.

restar sombra de ilusão sobre a triste realidade das nossas deploráveis condições sanitárias¹⁶.

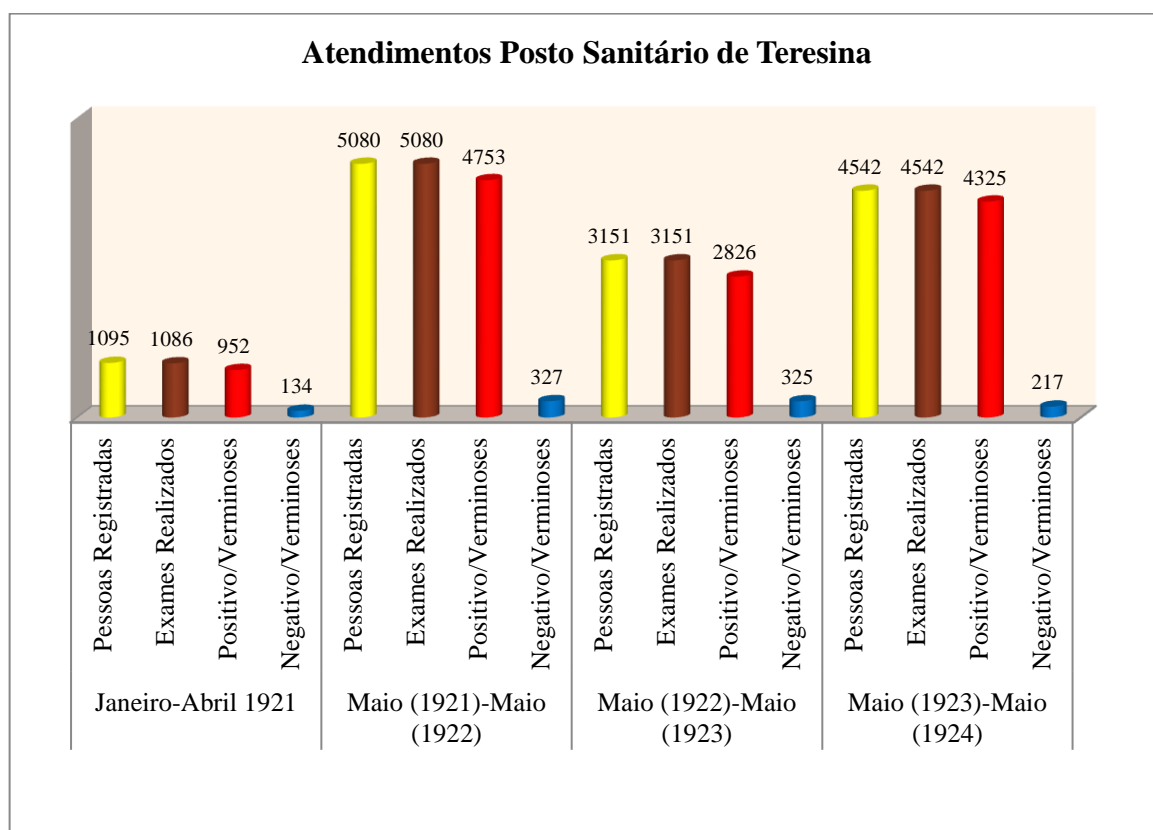
4Os dados referentes aos primeiros meses de funcionamento do Posto Sanitário de Teresina foram apresentados na mensagem de 1921 como forma de mensurar o grau de infecção da população pelas verminoses. Importante frisar que os dados apresentados se referem à população residente na capital que à época contava com uma população de 57.500 habitantes, conforme censo de 1920, e se constituía como a maior cidade do estado.

De início, o serviço ficou restrito a alguns bairros por motivos de ordem financeira, posteriormente, outras zonas de atendimento foram incorporadas, as quais contavam com a atuação de um guarda sanitário por zona. O serviço se dava em domicílio, por meio da atuação de guardas sanitários e ambulatorial com atendimento no posto.

No gráfico abaixo seguem os números referentes ao primeiro ano de funcionamento do Posto Sanitário.

¹⁶ APEPI. Mensagem Apresentada Á Camara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira no dia 1 de Junho de 1921. Theresina: Typ do O Piauhy, 1921, p.41-42.

GRÁFICO 1: Atendimentos no Posto Sanitário de Teresina



Fonte: Mensagem Governamental 1921.

A partir dos dados de atendimento do Posto Sanitário de Teresina, podemos apontar o alto índice de pessoas com verminoses.

Os dados acima demonstram que dos exames realizados em 1921, 1922, 1923 e 1924, a taxa de incidência de verminoses foi, respectivamente: 87.7%, 93.6%, 89.7% e 95.2%.

Observa-se no gráfico um aumento considerável no número de pessoas entre 1921 e 1922 e entre 1923 e 1924 e conseqüentemente uma alta taxa de exames positivos para verminoses. No entanto, não foi possível verificar os motivos desse aumento alternado entre estas datas.

Cabe ressaltar, que estes dados se referem a uma região específica do estado, qual seja: a capital e localidades próximas. No entanto, podemos

supor que, estes dados constituem a realidade sanitária da grande maioria do estado, levando-se em consideração que a assistência sanitária era ainda mais precária, em se tratando dos outros municípios piauienses.

Em 1921, o governador João Luiz Ferreira destacou ainda que os municípios piauienses quase todos descuidavam inteiramente os seus deveres. Era competência dos municípios o saneamento e a saúde pública. No entanto, segundo o governador, as “paixões pela politicagem” seria o principal entrave ao desenvolvimento de ações em saúde a cargo dos municípios.

Apreende-se da fala de João Luiz Ferreira, que as configurações políticas no estado influenciavam a nível estadual e municipal na tomada de decisões e na efetivação de serviços voltados para a população.

A crítica do governador, em relação à política nos municípios é direcionada ao que chama de “funcionalismo excessivo”, por meio do qual os representantes políticos consolidavam seu poder “fazendo da administração uma arma contra os adversários e um ninho protetor dos seus adeptos”, ao passo que, apenas em alguns municípios uma parte mínima das rendas era destinada à “instrução e saúde dos munícipes”¹⁷.

Esta crítica de João Luiz Ferreira deu-se em um momento importante para a compreensão da implantação de políticas públicas no estado, coordenadas pela União no campo da saúde.

No decorrer dos anos 1920, o governo Central, com o intuito de promover políticas de saneamento consideradas urgentes, sem que fosse violada a Constituição, buscou propor mecanismos que tornassem viável a transferência de parte ou da totalidade das atividades concernentes ao saneamento rural e à saúde pública para sua competência.

¹⁷ APEPI. Mensagem Apresentada À Câmara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira no dia 1 de Junho de 1921. Theresina: Typ do *O Piauhy*, 1921, p. 39.

Como forma de contornar o problema, propôs-se aos estados um convênio, no qual estes receberiam auxílio financeiro para empreender combate aos principais problemas sanitários de que padeciam, porém, sem haver interferência em sua autonomia. Uma premissa para a realização do acordo era que estes deveriam resultar de atos voluntários dos próprios estados¹⁸.

Ao tecer a crítica em relação à dinâmica política dos municípios, João Luiz Ferreira destacou o momento posterior às eleições de 1920, como favorável, tendo em vista que houve uma “renovação” dos poderes municipais. Segundo o governador, era “Indispensável aproveitar as condições favoráveis que se offerecem para passar do domínio theorico para o das realidades, maxime quando serviços de real utilidade a cargo do Governo Federal tomam cada dia maior incremento no Estado”¹⁹. O governador transmitia ainda que havia autorizado

No sentido de ampliar a todo o Estado [...] a systematisação de um serviço de tão relevante utilidade como seja o do nosso saneamento rural, ponderando as conveniencias suggeridas pelos nossos representantes federaes snrs. Felix Pacheco e Armando Burlamaqui em telegramma consequente aos entendimentos que trocaram com o notavel dr. Carlos Chagas, actual Director Geral da Saude Publica da União, encarreguei ao deputado Euripedes de Aguiar, o mais aprofundado conhecedor das nossas necessidades na materia, de estudar as bases de um convenio a exemplo do que tem feito quasi todos os outros Estados, aproveitando as facilidades instituidas pelo Governo Federal²⁰.

¹⁸ HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3.ed.-São Paulo: Hucitec, 2012, p.161-162.

¹⁹ APEPI. Mensagem Apresentada Á Camara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira no dia 1 de Junho de 1921. Theresina: Typ do *O Piauhy*, 1921, p. 40.

²⁰ APEPI. Mensagem Apresentada Á Camara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira no dia 1 de Junho de 1921. Theresina: Typ do *O Piauhy*, 1921, p. 43.

A fala de João Ferreira elucida, que, além da tomada de consciência sobre a precária condição de saúde, seria necessária uma maior articulação entre as competências de governo federal, estadual e municipal, sobretudo, esses dois últimos, pois havia uma tensão quanto as competências e responsabilidades a serem assumidas por ambos.

Ou seja, ora o estado atribuía a responsabilidade sobre as questões sanitárias aos municípios, reclamando que estes não cumpriam com seus deveres, muitas vezes deixando ou esperando que o governo estadual tomasse parte sozinho no cumprimento destes, ora apontava para a possibilidade do estado e municípios em comum acordo transferirem parte dessa responsabilidade ao governo estadual e federal, tendo em vista que as bases de realização de um convênio com a União em prol da sistematização do serviço de saneamento rural no estado já se encontrava em andamento.

Elucidando bem essa tensão podemos observar a mensagem governamental de 1921, na qual foi apontado que:

A lei orgânica municipal [...] não se ajusta mais ás exigências da situação presente. Seria também de benefícios resultados a autorização para que o Poder Executivo tomasse a iniciativa da reunião dos representantes dos Poderes Municipaes para, trocando idéas entre si e com o Governo do Estado, firmarem as bases da cooperação de todos na solução dos problemas vitaes da terra piauiense²¹.

Com base na ideia de reunir os representantes dos poderes municipais com o governo do estado para que pudessem deliberar acerca dos problemas abrangentes às municipalidades, tais como instrução;

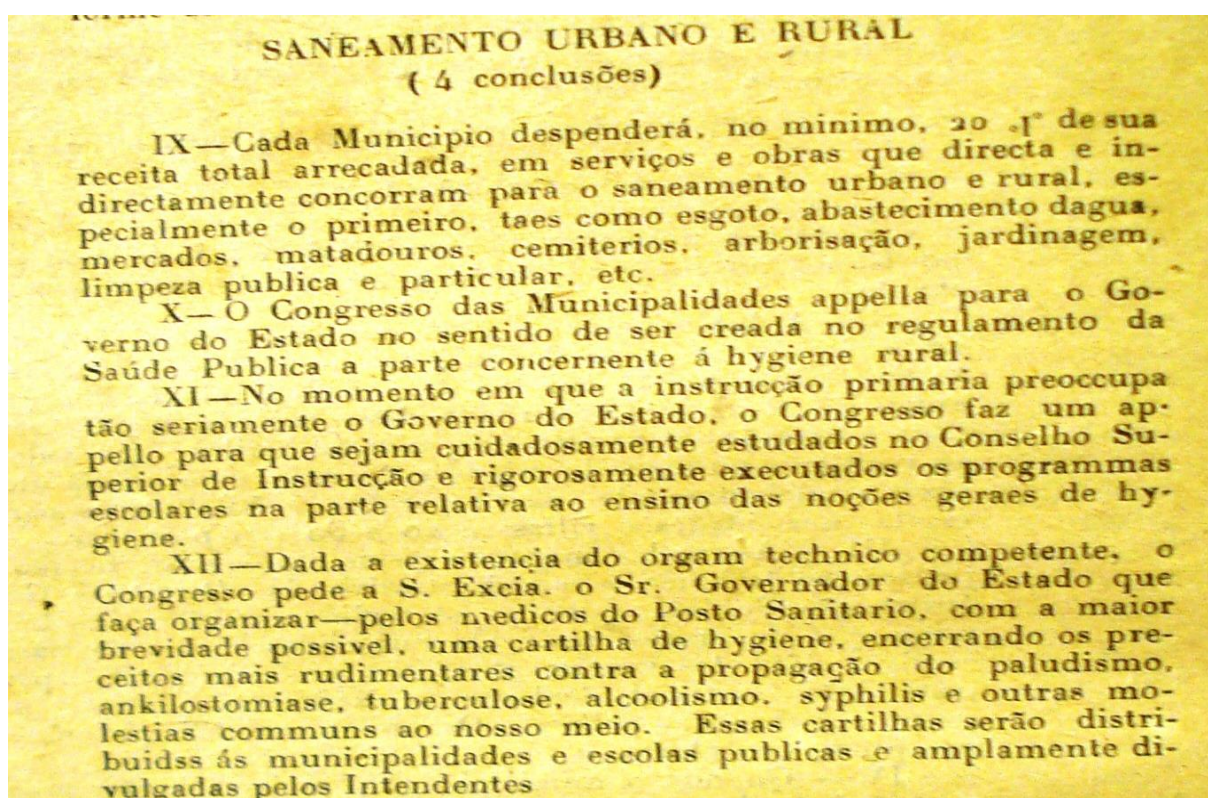
²¹ APEPI. Mensagem Apresentada Á Camara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira no dia 1 de Junho de 1921. Theresina: Typ do *O Piauihy*, 1921, p. 40.

saneamento urbano e rural; vias de comunicação; desenvolvimento agrícola e pecuário, dentre outros, é que se propôs a realização de um Congresso das Municipalidades, o qual ocorreu na capital ainda ao ano de 1921 e contou com a participação de delegados de 31 dos 41 municípios piauienses²².

No congresso foi assumido o compromisso por parte dos intendentess de cumprir as decisões votadas e aprovadas no mesmo. Dentre as quais, constam aquelas referente ao saneamento urbano e rural, num total de 4 medidas aprovadas em relação ao assunto.

Segue imagem com as medidas aprovadas para o saneamento urbano e rural nos municípios:

FIGURA 1: Congresso das Municipalidades – Saneamento Urbano e Rural



Fonte: Mensagem Governamental, 1922.

²² APEPI. Mensagem Apresentada Á Camara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira no dia 1 de Junho de 1921. Theresina: Typ do O Piauihy, 1922, p.14.

Como resultado contíguo, os municípios participantes concordaram em disporem de 20% de suas receitas para a aplicação em obras de saneamento urbano e rural; ao mesmo tempo solicitaram que o governo estadual criasse no regulamento da saúde pública segmento voltado para a higiene rural; solicitava ainda que fossem elaborados para as escolas programas escolares referentes a noções sobre higiene; pleiteavam também a organização pelos médicos do Posto Sanitário, de uma cartilha de higiene, a serem distribuídas nos municípios e escolas públicas, deveriam conter os principais ensinamentos contra a proliferação das doenças que mais acometiam a população piauiense.

Para além das resoluções aprovadas, formou-se uma comissão composta pelos Intendentes de Teresina, União, Campo Maior, pelo Presidente da Sociedade Auxiliadora de Instrução e pelo Diretor da Saúde Pública do Estado, à qual caberia verificar a execução das medidas acordadas pelo referido congresso.

Dentre as medidas aprovadas, no que se refere ao saneamento urbano e rural, o Congresso recorreu ao governo estadual, solicitando a criação de um tópico referente ao saneamento rural no âmbito do Regulamento da Saúde Pública, bem como pleiteou junto a este que fosse organizada como a ajuda dos médicos do Posto Sanitário uma cartilha de higiene com as principais normas contra a propagação das moléstias mais comuns no território piauiense – cartilhas estas que deveriam ser distribuídas junto às municipalidades e escolas públicas²³.

Outras questões também foram propostas, além das articulações com as municipalidades em prol da consecução de melhorias dos serviços referentes ao saneamento urbano e rural. O governo estadual, por exemplo,

²³ APEPI. Mensagem Apresentada À Câmara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira no dia 1 de Junho de 1921. Teresina: Typ do *O Piauihy*, 1922, p.16.

já havia autorizado no ano de 1921 que o então deputado e ex-governador Eurípedes de Aguiar estudasse as bases para a realização de um convênio com o Governo Federal, o que culminaria na instalação do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural em 1924.

O objetivo em estudar as bases para o convênio era tornar possível a sistematização do serviço de saneamento rural para todo o estado. Há nesse sentido um movimento de articulações entre as esferas estadual e federal. O governador João Luiz Ferreira informa que sua autorização se seguiu ao contato entre os representantes federais do Piauí e Carlos Chagas, então Diretor Geral da Saúde Pública da União.

É importante frisar a participação de Eurípedes de Aguiar no processo, de início enquanto governador do estado, quando já acentuava os problemas sanitários do Piauí e reclamava a instalação de repartições e melhorias nos serviços de saúde pública. Depois de seu mandato, o mesmo personagem continuou atuando como catalizador desse processo que culminou na execução de serviços federais, relativos ao saneamento e profilaxia rural no estado do Piauí.

Em relação à assinatura dos acordos com a União, visando a instalação e execução de serviços de saúde no estado, o governador João Luiz, noticiou a assinatura em maio de 1923 do acordo para a instalação do Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas. Este acordo é anterior ao do Serviço de saneamento rural que foi feito no mês de abril de 1924.

No estado já vinha sendo estudada a possibilidade de realização de convênios com a União desde o início da década de 1920. O serviço de profilaxia da lepra e doenças venéreas já vigorava no ano em que se deu sua assinatura, ou seja, 1923. O referido acordo deveria vigorar até

dezembro daquele ano, e poderia ser renovado nas mesmas condições por mais dois anos²⁴.

Libertar-se de sua condição de inércia: a Saúde Pública no Piauí (1924-1930)

Um ano após noticiar a assinatura dos acordos com a União para a execução de serviços de saúde no estado, João Luiz governador do Piauí relatava com entusiasmo que o estado começava a se libertar da condição de inércia em que se encontrava no tocante à saúde pública.

Os primeiros resultados do serviço de profilaxia da lepra e das doenças venéreas eram animadores e em menos de um ano já provara ser de grande utilidade à população, o que levou à sua renovação, conforme previsto no acordo.

João Luiz anunciou não só a renovação do acordo já referido, como também comunicou com expectativas a assinatura de outro acordo, este para a instalação do serviço de profilaxia rural, segundo ele, mais animador, pois iria estender-se a outras partes do estado²⁵. Portanto, deduzimos que sendo a organização dos serviços sanitários ainda precária no Piauí e muito restrita ao espaço da capital, com a assinatura de acordos para a execução de serviços federais, criava-se a expectativa de que por meio destes, a saúde pública no Piauí ultrapassasse os limites a que estava circunscrita, ou seja, à capital e seus entornos.

²⁴ APEPI. Mensagem Apresentada À Câmara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira no dia 1 de Junho de 1923. Theresina: Typ do *O Piauí*, 1923, p.13-18.

²⁵ APEPI. Mensagem Apresentada À Câmara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira no dia 1 de Junho de 1924. Theresina: Typ do *O Piauí*, 1924, p.10-16.

O Posto Sanitário de Teresina, sem sombra de dúvidas, havia sido uma conquista em termos sanitários, no entanto, seu raio de atuação, por motivos diversos, era muito limitado.

Para as populações da capital e zonas próximas, trouxera benefícios, atuando na profilaxia das verminoses, do paludismo, na vacinação contra a varíola e provendo assistência médica de urgência. O atendimento no posto se dividia em domiciliar e ambulatorial, contando com quatro guardas sanitários distribuídos pelas zonas, os quais estavam encarregados de “[...] numerar as casas, levantar o censo, fazer a coleta das fezes e aplicar a domicílio a medicação receitada pelo médico, mediante a idade, composição física e outros esclarecimentos que acompanham o material trazido a exame”²⁶.

Importante ressaltar que o Posto Sanitário concorria para a intensificação da profilaxia preventiva das verminoses e impaludismo:

[...] por meio de publicações, distribuição de cartilhas com ensinamentos de linguagem vulgar sobre a vida dos vermes, suas vias de penetração no organismo humano, sintomas gerais das doenças que ocasionam, medicação apropriada à sua extinção, e sobretudo, por conselhos ministrados de viva voz na banca de consultas²⁷.

Nas palavras do governador João Luiz, “Tal a sua utilidade, que dele não mais poderá [poderia] prescindir a população urbana e rural por ele

²⁶ APEPI. Mensagem Apresentada À Câmara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira no dia 1 de Junho de 1924. Teresina: Typ do *O Piauí*, 1924, p.10-16.

²⁷ APEPI. Mensagem Apresentada À Câmara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira no dia 1 de Junho de 1924. Teresina: Typ do *O Piauí*, 1924, p.10-16.

servida, a não ser com a substituição por um serviço congênere, melhor aparelhado e com maior amplitude de ação, como será a profilaxia rural”²⁸.

As expectativas em torno da assinatura de acordos com o Governo Federal eram a de que estes iriam possibilitar a instalação de um serviço de saúde bem aparelhado e com um raio de ação mais abrangente. Estes acordos foram firmados em maio de 1923 e abril de 1924, respectivamente, o acordo para a instalação do Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas e o Serviço de Saneamento Rural.

O Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas iniciou seus serviços poucos meses após o acordo. Foi instalado um dispensário em Teresina, que iniciou suas atividades em 1923, e outro em Parnaíba, que começou a funcionar em 1924. Posteriormente o estado solicitou autorização para instalação de um dispensário em Floriano.

Abaixo temos um quadro referente ao movimento do dispensário de Teresina entre julho e dezembro de 1923.

Tabela 1: Movimento do Dispensário do Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas de Teresina - 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1923.

Matrículas		
Homens		492
Mulheres		494
Crianças		6
Total Geral		992
Injeções		
Sulfarsenol		140
Neosalvarsan		118
Mercurio		5593
Diversas		126
Total Geral		5977
Pequenas	intervenções	5

²⁸ APEPI. Mensagem Apresentada Á Câmara Legislativa Pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira no dia 1 de Junho de 1924. Theresina: Typ do *O Piauihy*, 1924, p.10-16.

cirúrgicas	
Curativos	1886
Visitas domiciliares	42
Avisos para voltar ao tratamento	63
Impressos distribuídos	3000

Fonte: APEPI. Mensagem Governamental, 1924.

Os dados acima se referem ao movimento do dispensário de Teresina, ainda nos primeiros meses de funcionamento, mas registram grande número de pessoas atendidas, altas dosagens de injeções aplicadas e curativos realizados, além de apontar que o serviço concorreu com a distribuição de material de propaganda impresso.

Neste sentido, podemos afirmar que com a assinatura de acordos com a União para a instalação dos serviços de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas e do Saneamento Rural, ocorreu no Piauí o início de nova fase no estabelecimento de serviços de saúde pública à população. A partir de então, temos o prelúdio à constituição de uma estrutura sanitária estadual que ambicionava expandir-se para outras partes do território piauiense.

Com a realização do acordo entre o estado e a União para a execução de serviços de saúde, se extinguiu o Posto Sanitário de Teresina, repartição estadual. Todo o material que era ali empregado foi reaproveitado para a instalação do posto do Serviço de Saneamento Rural, e a partir de então, todos os serviços que estavam sob sua responsabilidade passaram para a alçada do governo federal, que agora atuava no Piauí.

De acordo com Nísia Trindade²⁹, a criação de postos de profilaxia rural nos estados resultou, (ainda que pequenos fossem os resultados para a melhoria nas condições de vida de seus habitantes), em uma presença

²⁹ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. 2. ed. Aumentada. São Paulo: Hucitec, 2013.

cada vez maior do Estado na efetivação de políticas de saúde voltadas para estas populações.

Ao possibilitarem o aumento da capacidade do Estado de intervir no território nacional, com a implementação a partir de 1920, de políticas de saneamento e profilaxia rural, o campo da atuação estatal na saúde foi ampliado, incluindo os serviços de combate a doenças venéreas, a tuberculose, a inclusão de programas de profilaxia rural em vários estados e a disseminação de postos e centros de saúde³⁰. Assim, ao mesmo tempo em que garantia a ação do poder central, asseguravam sua penetração no interior do país, legando a criação de uma infraestrutura estatal com autoridade sanitária em grande parte do território brasileiro.

Hochman³¹ diz ser possível afirmar que com a realização de acordos para a execução de serviços de saneamento rural, a autoridade sanitária foi se fazendo presente em todo o território nacional por meio de suas ações de profilaxia das endemias rurais, de combate às endemias e de outras ações de saneamento, as quais possibilitaram o surgimento de uma infraestrutura nacional de saúde pública.

Ao se instalarem nos estados, os serviços federais poderiam ser um instrumento de implementação de políticas outras, que não apenas o combate às endemias rurais. Uma vez celebrados os acordos e a base técnica e administrativa instalada pelos serviços de profilaxia rural, não seria difícil ampliar a responsabilidade federal e os benefícios estaduais, dados os inesgotáveis problemas de saúde pública³².

³⁰ SOUZA, Érika Mello de. *Educação sanitária: orientações e práticas federais desde o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária ao Serviço Nacional de Educação Sanitária (1920-1940)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012, p.19.

³¹ HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

³² HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2012, p.174.

Em meados da década de 1920, a maioria dos estados já havia firmado convênios com a União, o Piauí figura entre estes, firmando convênios em 1923 e 1924.

Ao contrário dos estados vizinhos que já haviam regularizado seus serviços sanitários em décadas anteriores, no Piauí estava por ser organizada uma infraestrutura estatal de saúde. Em comparação aos estados vizinhos, o Piauí encontrava-se, em termos de estrutura sanitária, em piores condições, conforme apontam estudos que contemplam questões sanitárias em estados vizinhos, a exemplo da Bahia e Pernambuco³³.

A assinatura de convênios com a União e a instalação de serviços de saneamento no estado, significou, a princípio, a possibilidade de criação de infraestrutura estatal na área da saúde e de ampliação desta, a outras partes do território piauiense.

Cabe lembrar que, os serviços de saúde, pouco organizados e com raio de ação limitado, foram a partir do momento em que se deu a instalação dos serviços Federais no estado, incorporados à sua competência.

O acordo com o Departamento Nacional de Saúde Pública foi firmado em 28 de Abril de 1924. Compareceu ao Departamento, o representante do Piauí, o senador Pires Rebello, que deu prosseguimento à assinatura do acordo para a execução do Serviço de saneamento e profilaxia rural.

O estado do Piauí, assim como as municipalidades, obrigava-se à aceitação de “todas as leis sanitárias, disposições e instruções do

³³ Ver SOUZA, Cristiane Maria Cruz de. *A Gripe Espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007; BLAKE, S. *The Medicalization of Nordestinos: Public Health and Regional Identity in Northeastern Brazil, 1889-1930*. *The Americas*, 60(2), p. 217-248.

Departamento Nacional de Saúde Pública, relativas ao assumpto".³⁴ O acordo com a União garantia a organização a critério exclusivo do Departamento Nacional de Saúde Pública, dos serviços de prophylaxia rural, levando em conta as especificações regionais, "estabelecendo os serviços sanitarios de sua preferência", bem como àquelas zonas mais atingidas pelas endemias.³⁵ O acordo instituía vigência de três anos para a execução dos serviços a contarem a partir de 1924, os quais deviam ser executados "sem intervenção de qualquer autoridade estadual ou municipal, pelas comissões organizadas pelo Departamento Nacional de Saúde Pública"³⁶.

Os serviços decorrentes deste convênio buscariam estabelecer, na medida do possível, os serviços sanitários dos quais a população mais carecia, levando em conta as especificidades regionais e destinando toda ajuda possível às zonas mais atingidas pelas endemias. Assim, apesar de ter se instalado o posto de Saneamento e profilaxia rural na capital, apontamos que, sua atuação não ficou restrita à Teresina e populações próximas, alcançando diferentes municípios piauienses, de modo itinerante e/ou instalando postos permanentes. O primeiro relatório do posto de Saneamento Rural, referente ao ano de 1924, ainda com poucos meses de funcionamento, já revelava sua atuação noutros municípios piauienses.

Neste documento, ao apresentar as primeiras ações do Serviço de saneamento rural do Piauí, Dr. Olavo Pires Rebello, chefe do serviço, evidencia que os dados colhidos nos postos mostravam o impaludismo e as verminoses como sendo os principais males a atingir as populações rurais no

³⁴ APEPI. Mensagem Lida a 1 de Junho de 1925, perante a Assembléia Legislativa do Estado do Piauhý. Mathias Olympio de Mello. Therezina - Piauhý, 1925, p. 70.

³⁵ APEPI. Mensagem Lida a 1 de Junho de 1925, perante a Assembléia Legislativa do Estado do Piauhý. Mathias Olympio de Mello. Therezina - Piauhý, 1925, p. 71.

³⁶ APEPI. Mensagem Lida a 1 de Junho de 1925, perante a Assembléia Legislativa do Estado do Piauhý. Mathias Olympio de Mello. Therezina - Piauhý, 1925, p. 71.

estado³⁷. Nesse sentido, era sua intenção, instalar no rio Parnaíba, um posto itinerante, a fim de atender aos ribeirinhos, de certo os mais atingidos pela doença.

Em se tratando de ações mais concretas, o saneamento rural instalou um posto sanitário em Parnaíba, realizou imunizações antivariólicas nos postos de Teresina e Parnaíba e instituiu um inspetor sanitário e dois auxiliares na Vila de Corrente³⁸ (Sul do Estado).

Presume-se que tenha havido nomeação de inspetores e auxiliares em outras localidades, contudo, conforme vimos, com a instalação de postos em Teresina, Parnaíba e nomeação de inspetor e auxiliares sanitários em Corrente, nota-se já ampla ação do serviço de saneamento rural no interior do estado, tendo em vista que com tal distribuição geográfica dos postos, o saneamento rural fazia-se presente ao Norte e ao Sul do estado.

Teresina e Parnaíba já contavam também com dispensários do Serviço de combate à lepra e doenças venéreas, os quais foram anexados ao Serviço de saneamento rural³⁹. Para além destas ações, Olavo Pires Rebello, relatou ainda a realização de diversas conferências em prol do saneamento rural, realizadas nas cidades de Teresina, Parnaíba, Floriano e em algumas localidades da região sul do estado, pelo então inspetor sanitário da Vila de Corrente, Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá.

No trecho percorrido, de Norte a Sul do estado, Nogueira Paranaguá aponta que as doenças observadas em maior escala: as verminoses, o

³⁷ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1924, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p. 3.

³⁸ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1924, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p. 4-10.

³⁹ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1924, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p. 20.

impaludismo (malária), as doenças venéreas e a tuberculose⁴⁰. O que confirmamos a partir dos boletins dos postos, nos quais é grande o número de pessoas acometidas por verminoses, impaludismo e sífilis, entre outras doenças.

Abaixo segue imagem de boletim referente aos serviços executados nos postos do saneamento rural no Piauí em 1925.

FIGURA 2: Mapa geral dos serviços executados pelos postos de saneamento rural durante o ano de 1925

16

MAPPA GERAL
POSTOS DE THERESINA E PARNAYBA
RESUMO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS DURANTE O ANNO DE 1925

MOVIMENTO DE DOENTES

DOENÇAS	DURANTE O MEZ			DESDE JANEIRO			TOTAL GERAL
	No Posto	Em domicilio	TOTAL	No Posto	Em domicilio	TOTAL	
Ancylostomose	545	305	850	3.690	4.669	8.359	9.209
Outras helminthoses	459	97	556	1.903	1.366	3.269	3.825
Syphilis	268	—	268	6.245	18	6.263	6.531
Outras doenças venereas . . .	51	—	51	1.363	1	1.364	1.415
Lepra	—	—	—	25	—	25	25
Impaludismo	43	1	44	960	1.522	2.482	2.526
Varias doenças	75	—	75	785	70	855	930
TOTAL	1.411	403	1.814	14.971	7.646	22.617	24.461

Visto:—Dr. Olavo Pires Rebello,—Chefe de Serviço.

Fonte: Mensagem Governamental, 1926.

Floriano, cidade ribeirinha, situada na região centro-sul contou também com a atuação do serviço de saneamento rural, ampliando-se mais ainda sua zona de abrangência nas regiões piauienses. Por solicitação do

⁴⁰ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1924, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello. Anexo nº 3.

governo estadual, fora modificado no acordo com a União, a parte concernente ao serviço de profilaxia da lepra e doenças venéreas, o qual deixaria de ser inteiramente responsabilidade Federal, para que dessa forma, com a contribuição do governo do estado, o serviço pudesse ser ampliado à cidade de Floriano⁴¹. O governo do estado solicitou ainda, no ano seguinte, autorização para que pudesse aumentar sua contribuição ao referido serviço, pois considerava esta ampliação necessária ao combate às endemias rurais e doenças venéreas que também assolavam aquela região⁴².

Em pouco menos de dois anos, o Serviço de saneamento rural já contava com uma estrutura sanitária instalada nas principais cidades do estado, de onde se poderia alcançar maior número de habitantes, nestas e nas zonas próximas a elas. Por seu intermédio, ações mais concretas no campo da saúde puderam ser realizadas para além do espaço da capital, diferentemente de anos anteriores, quando não havia uma estrutura sanitária organizada e as ações em saúde se davam de forma emergencial, ou seja, apenas quando do surgimento de epidemias.

No relatório do serviço referente ao ano de 1926, Olavo Pires Rebello, comunicou acerca da irrupção de casos de varíola em vários municípios e da necessidade de atuação do referido serviço, o qual teve de “diminuir muito o serviço contra as endemias rurais” para que pudesse “empregar na debellação”, “todo o pessoal”, tanto na capital quanto “no interior, onde em diversas localidades foram constatados diversos casos de variola”⁴³.

⁴¹ APEPI. Mensagem Lida a 1 de Junho de 1925, perante a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí. Mathias Olympio de Mello. Therezina - Piauí, 1925, p. 73.

⁴² APEPI. Mensagem Lida a 1 de Junho de 1926, perante a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí. Mathias Olympio de Mello. Therezina - Piauí, 1926, p. 90.

⁴³ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1924, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p.1.

Inicialmente, constatou-se um caso de varíola em um soldado da força policial piauiense que regressara do Rio. Providências foram tomadas em relação a este, no sentido de evitar a propagação da doença, o que num primeiro momento significou o isolamento do doente⁴⁴. Cabe lembrar que, os postos de saneamento rural desde suas primeiras atividades já vinham realizando imunizações antivariólicas, no entanto, o número de imunizações foram poucas neste primeiro momento e conforme se queixava o chefe do serviço, a população ia mostrando-se resistente às vacinações.

Na mensagem governamental de 1927, Mathias Olympio de Mello, governador de 1924 a 1928, apontou outras dificuldades em relação ao combate da varíola no Piauí, como a falta de local apropriado para o isolamento das pessoas acometidas pela doença e a falta de reserva suficiente da “lympha antivariólica”⁴⁵.

Em relação ao isolamento dos doentes, Olavo Pires Rebello informou ter recebido do governo do estado um prédio no “Pirajá” o qual fora transformado em hospital de convalescência, ao passo que foram construídos ainda, dois pavilhões de isolamento nas proximidades deste⁴⁶. A organização de um espaço para o isolamento dos doentes visava à manutenção das pessoas em quarentena, inclusive com vigilância policial, para que se evitasse a transmissão e propagação da doença, prática

⁴⁴ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1926, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p. 2.

⁴⁵ APEPI. Mensagem Lida a 1 de Junho de 1927, perante a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí. Mathias Olympio de Mello. Therezina - Piauí, 1927, p. 53-54.

⁴⁶ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1926, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p. 12.

condizente com a concepção médico-científica baseada no conceito de transmissão⁴⁷.

A construção às pressas de dois pavilhões para isolamento dos doentes e a exigência/necessidade de que fossem guardados por força policial, apesar de Pires Rebello reconhecer em sua fala que “os pavilhões não apresentavam nenhuma das condições hygienicas”, pode indicar tanto a preocupação em conter rapidamente os avanços da doença, ou seja, que se propagasse a nível epidêmico, quanto um aumento progressivo do número de casos e as dificuldades das autoridades de saúde em fazer frente à propagação da doença⁴⁸.

O que de fato se verifica por meio de sua fala no documento, “Apesar de todo o nosso empenho em evitar a propagação da doença, não o conseguimos, tendo sido registrados, até hoje, 73 casos, dos quaes 27 fataes”⁴⁹. Notadamente a doença se propagou e alcançou dimensões epidêmicas.

Constata-se por meio da documentação, que o serviço de saneamento enfrentou dificuldades ao empreender combate à irrupção de casos de varíola no estado do Piauí, inicialmente em relação a não existência de local apropriado para isolamento dos acometidos pela doença. Posteriormente, ao serem constatados os primeiros casos de varíola,

⁴⁷ SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *A Gripe Espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007, p. 65.

⁴⁸ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1926, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p. 3.

⁴⁹ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1926, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p.12.

encontrou-se o serviço limitado em suas opções profiláticas, tendo em vista que se encontrava o mesmo “desapercebido de lymphá anti-variólica”⁵⁰.

Em vista disso e porque a imediata intensificação do serviço de imunização era reclamada, pedi lymphá para S. Luis, Belem, Fortaleza, Recife, Bahia e Rio. Instalei além dos postos de vacinação na sede do Serviço e no Posto, dois outros na Chefatura de Polícia e no Consultório do Dr. Pires Gayoso⁵¹.

Foram adotadas medidas, tais como a solicitação de “lymphá anti-variólica”, com o intuito de se prover intensificação do serviço de imunização, bem como se constatou a instalação de postos de vacinação para além dos já existentes. Fora os postos instalados na capital, constatamos ainda o auxílio das “Farmácias “Cruz”, “Ferraz” e “B.Sá””⁵², localizadas em municípios do interior do estado, ao serviço de vacinação. As quantidades de “lymphá” recebidas foram

De Recife [...] 300 tubos e da Bahia 200. O Rio nada poderia fornecer, pois, segundo comunicação do Dr. Secretário da Directoria do Saneamento Rural, a lymphá produzida era insuficiente para as necessidades da Capital Federal [...] o “Instituto Oswaldo Cruz” em S. Luis foi quem nos auxiliou com remessas de pequenas quantidades de tubos, visto estar também a braços com a terrível epidemia⁵³.

⁵⁰ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1926, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p. 3.

⁵¹ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1926, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p. 3.

⁵² APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1926, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p. 3.

⁵³ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1926, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p. 3.

Portanto, o serviço encontrou dificuldades em evitar a propagação da doença pelos diversos municípios piauienses, pois esteve em falta o “elemento principal”, a “lymphá”, além de não ter sido “possível também evitar a saída de passageiros sem atestado de vaccina”, pois se achava o serviço impossibilitado de fornecer os atestados, no entanto, não nos é permitido, concluir a partir do relatório acusar quais motivos levaram a tal impossibilidade⁵⁴. Mas, nos é permitido inferir que essa dificuldade em se controlar o fluxo de pessoas dentro e fora dos limites do estado, foi fator de propagação da doença para outros municípios piauienses.

Percebe-se aqui, os elos da interdependência, conforme define Gilberto Hochman (2012), à medida que diante da necessidade do Piauí de adquirir a lymphá para o combate à varíola, os estados limítrofes concorreram com o fornecimento do material.

No caso de não haver combate à doença, esta poderia espalhar-se para os outros estados, ou seja, estes sofreriam indiretamente as consequências das adversidades piauienses. Logo os estados vizinhos sofreriam os efeitos *externos ou externalidades*⁵⁵ da propagação epidêmica da varíola no Piauí.

Ao passo em que a doença ia se alastrando, pessoal qualificado era enviado para confirmar os casos e tomar medidas necessárias ao seu controle. Esse foi o caso em Floriano, que já contava com uma unidade de isolamento, Campo Maior, onde foram confirmados casos de varíola, e em outras localidades como podemos inferir a partir do quadro abaixo:

⁵⁴ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1926, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p. 3.

⁵⁵ HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2012, p. 26-27.

FIGURA 3: Quadro demonstrativo de surto epidêmico de varíola no Piauí - 1926

Pelo quadro abaixo poderá V.Ex.^a verificar o movimento do surto epidêmico de varíola no Estado do Piauí de 21 de Junho a 31 de Dezembro:

<u>Casos constatados</u>	<u>Altas</u>	<u>Obitos</u>	<u>Convalescentes</u>
<u>-Terezina-</u>			
73	43	27	3
<u>-Floriano-</u>			
73	49	24	0
<u>-Campo-Maior-</u>			
18	17	1	0
<u>-Parnaíba-</u>			
1	1	0	0
<u>-Zona da Mata--</u>			
108	81	27	0
<u>-União-</u>			
15	14	1	0
288	205	80	3
<u>-o-</u>			

Fonte: Relatório do serviço de saneamento rural, 1926.

Outro quadro demonstrativo que consta no documento é o que apresenta o movimento de imunizações contra a doença no estado, o qual apresenta detalhadamente o período em que foram realizadas as vacinações e revacinações, além de trazer a quantidade de cada e os municípios nos quais foram realizadas.

FIGURA 4: Movimento de imunização contra varíola no Piauí - 1926

Foi o seguinte o movimento de imunização contra a varíola:

De 1 ^a . de Janeiro a 31 de Maio	
<u>-Therézina-</u>	
Vacinações.....270	Revaccinações237
T o t a l.....507	
<u>-Parnaíba-</u>	
Vacinações.....438	Revaccinações.....439
T o t a l.....877	
De 1 ^a . de Junho a 31 de Dezembro	
<u>-Therézina-</u>	
Vacinações.....22.279	Revaccinações.....7.048
T o t a l.....29.327	
<u>-Parnaíba-</u>	
Vacinações.....9.432	Revaccinações..... 2.219
T o t a l.....11.651	

Fonte: Relatório do serviço de saneamento rural, 1926.

Acerca do movimento de imunizações, verificou-se uma intensificação do número de vacinações e revacinações. Entre janeiro e maio, 1.823 pessoas foram vacinadas e revacinadas, ao passo que entre junho e dezembro, esse número alcançou a impressionante marca de 40.978 vacinações e revacinações realizadas pelo serviço de saneamento, apesar da resistência da população. Isto representa de 6,72 % da população piauiense no período.

Segundo o chefe do serviço, tal resistência era motivada: “pela ignorância de grande parte da nossa gente, principalmente da classe baixa, que se obstina em não aceitar os benefícios da imunização”⁵⁶.

Existia a resistência às vacinações, no entanto, não é possível a partir do relatório, afirmar com clareza quais meios a população usava para evitar

⁵⁶ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1926, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p.12.

a vacinação, posto que, apenas uma fala fez referência à resistência da população em se vacinar. É apontado no relatório que à aproximação dos funcionários do posto, o chefe da família “escapava sempre com receio de introduzir doença no corpo”⁵⁷

Um desses contraiu a doença, de que veio a fallecer, tendo antes, já doente, passado oito dias em companhia da família, onde, felizmente, por estarem todos vacinados, não houve nenhum outro caso. Este facto que prova a efficacia da vaccina, concorreu poderosamente para a melhor acceitação das immunisações⁵⁸.

Apesar do relatório ter se afirmado que o ocorrido provou a eficácia da vacina, concorrendo de forma profícua para melhor aceitação das imunizações, não nos é possível por meio de tal documento perceber, por exemplo, a dimensão que o acontecido tomou e de que forma possa ter sido utilizado, ou seja, amplamente difundido entre a população como forma de convencer esta, dos benefícios da imunização contra a varíola.

Pires Rebello, chefe do serviço no estado, afirmou em relatório de 1927, que a propaganda do serviço de imunização “feita pelos beneficiados” havia contribuído para diminuir a resistência dos populares à vacinação.

Não apreendemos neste documento, nenhuma referência a outros meios de divulgação realizada pelo serviço. Porém, podemos inferir que informações relativas aos serviços executados pelos postos de saneamento eram também divulgadas na imprensa Oficial, da qual fazia parte o jornal *O Piauí*. Os exemplares do período não puderam ser acessados no arquivo

⁵⁷ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1926, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p.12.

⁵⁸ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1926, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p.12.

Público do Piauí, tendo em vista seu estado precário de conservação. No entanto fragmentos deste, encontrados em meio a documentação referente ao serviço de saneamento rural, revelam que eram publicados por meio da imprensa oficial, dados referentes aos serviços executados nos postos. Portanto, é possível supor que por meio da imprensa Oficial, realizou-se também a divulgação da campanha de vacinação da varíola no período entre 1926 e 1927⁵⁹.

Verifica-se no período, o aumento na quantidade de imunizações e declínio nos casos de varíola no estado. O governo do estado realizou contrato com a filial do Instituto Oswaldo Cruz de São Luís para a aquisição de 50.000 tubos da vacina, ao passo que o chefe do saneamento rural providenciou a vacinação em Teresina e a distribuição para o restante dos municípios ⁶⁰. Foi realizado um total de 11.388 vacinações e 4.201 revacinações, de acordo com os dados relativos aos postos de Teresina e Parnaíba.

No tocante aos outros municípios, não há dados registrados no que concerne à quantidade de tubos distribuídos e ao total de vacinações e revacinações realizadas nestes⁶¹.

Pires Rebello comunicou que após esta aquisição de tubos da vacina, foi possível concluir o serviço de vacinação no estado. Alguns casos da doença foram registrados pelo serviço em fins de 1926 e início de 1927,

⁵⁹ APEPI. *O Piauí*. Reg. Atual 1330.

⁶⁰ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1926, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p. 7-8.

⁶¹ APEPI. Relatório dos trabalhos executados pelo Serviço de Saneamento Rural no Piauí, em 1927, apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Lafayette de Freitas, D.D. Director do Saneamento Rural, pelo respectivo chefe, Dr. Olavo Pires Rebello, p. 3.

sendo, 25 casos na capital e 16 em Valença, após estes, não houve registro de casos de varíola no estado⁶².

Entre o ano de 1926 e 1927, os serviços de combate ao impaludismo (malária), às verminoses e também os dispensários contra lepra e doenças venéreas estiveram reduzidos, pois ao início da epidemia de varíola todo o pessoal fora colocado a postos para o combate à doença. O serviço de saneamento rural, desde que instalado no Piauí, atuara prioritariamente no combate ao impaludismo e às verminoses.

A partir de 1927, tendo sido vencida a epidemia de varíola, o foco voltava-se novamente às verminoses e ao impaludismo, endêmico no estado. Pires Rebello salientava no relatório do serviço, referente ao ano de 1927 que o combate “a esta endemia rural” não se limitava apenas aos postos, de Teresina e Parnaíba, segundo ele foram enviadas “ambulâncias ao interior do estado”⁶³. Essa era a forma do saneamento rural fazer-se presente nas regiões mais distantes à sede dos postos, pelo envio de ambulâncias e pessoal especializado, para a realização de consultas e coleta de material para exames.

Importante apontar que o serviço, ao instalar-se no estado, foi incorporando as repartições estaduais de saúde existentes. De início extinguiu-se o Posto Sanitário de Teresina, passando seus serviços para a competência do saneamento rural, como já foi salientado.

Anteriormente à instalação dos postos de saneamento rural, além da Diretoria de Saúde e do Posto sanitário de Teresina, o estado contava em termos de assistência sanitária apenas com as Santas Casas de Misericórdia

⁶² APEPI. Serviço de Saneamento Rural no Estado do Piauí. Relatório Apresentado ao Exmº. Sr. Dr. Olavo Pires Rebello, M. D. Chefe do Serviço de Saneamento Rural, pelo encarregado do Dispensário de Doenças Venereas. Teresina Piauí, 1927, p. 3.

⁶³ APEPI. Serviço de Saneamento Rural no Estado do Piauí. Relatório Apresentado ao Exmº. Sr. Dr. Olavo Pires Rebello, M. D. Chefe do Serviço de Saneamento Rural, pelo encarregado do Dispensário de Doenças Venereas. Teresina Piauí, 1927, p.1.

de Parnaíba, Teresina e Floriano, às quais recebiam subvenções estaduais, mas não eram repartições do estado.

Na mensagem governamental referente ao ano de 1928, decorrido três anos de execução do serviço de saneamento rural e “findo o contrato [...] para a manutenção desses mesmos serviços”, o governador assinalou que, dada a relevância deste, foram tomadas “as necessárias providencias para a celebração de outro que se concebeu [...] Aos vinte e três dias do mez de março de mil novecentos e vinte e oito”. Permaneceu assim, por meio deste novo contrato, o serviço de saneamento rural a atuar no Estado do Piauí, dessa forma “os serviços sanitarios instituídos pelo presente accordo serão executados durante três annos, a partir de mil novecentos e vinte e oito, sem interferencia de qualquer autoridade municipal ou estadual”⁶⁴.

Ao longo de todo o período que antecedeu a atuação dos serviços federais no Piauí, a Diretoria de Saúde Pública foi comumente criticada pelas autoridades públicas, por ser “uma simples repartição pública”, um “órgão de existência irrisória” e com poucas dotações orçamentárias. Depois, em plena vigência dos serviços federais no estado, a diretoria passou a ser vista como um possível empecilho, possivelmente comprometendo a manutenção dos serviços de saneamento rural, já que o contrato com a União previa uma contrapartida estadual para as despesas necessárias à manutenção dos postos⁶⁵, com a qual a Diretoria não contava. Como uma forma de solucionar este problema e de prover possíveis melhorias no desempenho da repartição nos assuntos voltados para a saúde pública estadual, esta foi anexada por meio de decreto, ao Serviço de saneamento rural. Assim, por decreto, em 1929, a repartição de Saúde Pública do estado

⁶⁴ APEPI. Mensagem Lida perante a Assembléia Legislativa do Estado do Piauhy. Pelo Governador do Estado João de Deus Pires Leal. Therezina - Piauhy, 1928, p. 79-79.

⁶⁵ APEPI. Mensagem Lida perante a Assembléia Legislativa do Estado do Piauhy. Pelo Governador do Estado João de Deus Pires Leal. Therezina - Piauhy, 1929, p. 70.

do Piauí foi incorporada ao serviço federal, ficando sob a direção do chefe deste⁶⁶.

O chefe do serviço, Luiz Pires Leal, justificou em relatório a anexação, alegando derivar da necessidade de unificação da autoridade sanitária no estado. Além de que, segundo ele, a escassez de verbas constituía grande dificuldade à execução dos serviços sanitários, prejudicando assim, o melhoramento da saúde pública⁶⁷. Luiz Pires Leal salientou que, logo depois de anexada a Diretoria ao Serviço de saneamento, foi criada uma seção de Higiene, a qual passou a funcionar regularmente⁶⁸.

Ainda em relação à atuação do serviço de Saneamento rural este, obteve a "regulamentação do HABITE-SE" que não mais seria dado pela intendência e sim pelo saneamento rural, "de acordo com o Código Sanitário", da forma que foi feito em todos os estados onde o serviço era instalado⁶⁹.

Em 1929, o Saneamento rural deu início ao processo de regulamentação do exercício da medicina no estado, registro de títulos de médicos, farmacêuticos e cirurgiões-dentistas. Passou a exigir também, a presença de um responsável titulado para cada uma das farmácias da Capital e a realizar cadastro dos profissionais existentes em todo o estado⁷⁰. Luiz Pires Leal registrou que,

⁶⁶ APEPI. Serviço de Saneamento Rural no Estado do Piauí. Relatório apresentado ao Dr. Lafayette Freitas, pelo Dr. Luiz Pires Leal. Theresina. Imprensa Oficial, 1930, p. 6.

⁶⁷ APEPI. Serviço de Saneamento Rural no Estado do Piauí. Relatório apresentado ao Dr. Lafayette Freitas, pelo Dr. Luiz Pires Leal. Theresina. Imprensa Oficial, 1930, p. 8.

⁶⁸ APEPI. Serviço de Saneamento Rural no Estado do Piauí. Relatório apresentado ao Dr. Lafayette Freitas, pelo Dr. Luiz Pires Leal. Theresina. Imprensa Oficial, 1930, p. 8.

⁶⁹ APEPI. Serviço de Saneamento Rural no Estado do Piauí. Relatório apresentado ao Dr. Lafayette Freitas, pelo Dr. Luiz Pires Leal. Theresina. Imprensa Oficial, 1930, p. 8-9.

⁷⁰ APEPI. Serviço de Saneamento Rural no Estado do Piauí. Relatório apresentado ao Dr. Lafayette Freitas, pelo Dr. Luiz Pires Leal. Theresina. Imprensa Oficial, 1930, p. 9.

Dos (18) médicos existentes em Teresina [foram registrados] [...] título de (8) apenas, tendo os dez restante pedido prorrogação de prazo para legaliza-lo junto ao Departamento Nacional de Ensino e Departamento Nacional de Saúde Pública.[Tiveram] seus títulos registrados nesta Repartição (5) cirurgiões-dentistas e (11) farmacêuticos⁷¹.

Em relação às doenças e ao combate às mesmas, Luiz Pires Leal salientou que ao ser instalado o Serviço de saneamento rural no Piauí, duas grandes endemias assolavam a população, o tracoma e a raiva. Para além destas, grassavam também com grande intensidade no território piauiense, as verminoses e o impaludismo⁷².

Em relação ao impaludismo, eram aplicados nos postos "os saes de quinina por via oral e hypodermica, o azul de methyleno e o 914 em injeções endovenosas"⁷³.

No que concerne ao combate à lepra e às doenças venéreas o estado contou com a instalação do Serviço de Prophylaxia da Lepra e das Doenças Venereas, instalado no Centro de Saúde Clementino Fraga, no qual "todas as afecções syphilicas e blenorragicas" ⁷⁴ eram cuidadas, recebendo o tratamento adequado.

Deve-se ainda salientar que,

alem dos serviços de aplicação de injeções e consultas a não venereos, o de pequenas intervenções cirurgicas, frequentemente praticadas e o serviço de curativos diários [...] Teve o Dispensario augmentada a sua matricula de uma media de doze (12) doentes

⁷¹ APEPI. Serviço de Saneamento Rural no Estado do Piauh. Relatório apresentado ao Dr. Lafayette Freitas, pelo Dr. Luiz Pires Leal. Theresina. Imprensa Official, 1930, p. 9.

⁷² APEPI. Serviço de Saneamento Rural no Estado do Piauh. Relatório apresentado ao Dr. Lafayette Freitas, pelo Dr. Luiz Pires Leal. Theresina. Imprensa Official, 1930, p. 23.

⁷³ APEPI. Serviço de Saneamento Rural no Estado do Piauh. Relatório apresentado ao Dr. Lafayette Freitas, pelo Dr. Luiz Pires Leal. Theresina. Imprensa Official, 1930, p. 25.

⁷⁴ APEPI. Serviço de Saneamento Rural no Estado do Piauh. Relatório apresentado ao Dr. Lafayette Freitas, pelo Dr. Luiz Pires Leal. Theresina. Imprensa Official, 1930, p. 37.

novos por dia, o que prova a maneira com que se vae impondo ao conceito publico⁷⁵.

Em suma, apontamos que o combate a estas doenças vinham sendo empreendidos desde antes da instalação dos serviços federais, pelo Posto Sanitário de Teresina. No entanto, com a estrutura proporcionada pelo Saneamento rural, ampliaram-se as ações de combate a estas doenças.

A criação de postos e de dispensários de profilaxia da lepra e doenças venéreas na capital e cidades estratégicas, como Parnaíba e Floriano, intensificou o combate e ampliou o raio de ação contra as principais doenças que assolavam a população piauiense.

Na capital, a fundação do Centro de Saúde Clementino Fraga, em 1929, do qual passou a fazer parte o posto do Serviço de Saneamento Rural, contribuiu para a melhoria nos serviços estaduais. Além de contar com um dispensário contra lepra e doenças venéreas, de aplicar injeções e realizar consultas, este centro fazia pequenas intervenções cirúrgicas (algo que até então, apenas a Santa Casa realizava) e curativos⁷⁶.

Frisamos que, a partir da instalação de postos, em cidades estratégicas, segundo o ponto de vista aqui adotado, por sua posição geográfica, que situava as ações em saúde mais ao norte, ao centro e ao sul do estado, a partir das quais o raio de atuação dos referidos serviços seriam muito maior, alcançando diversas regiões e maior parcela da população piauiense. Nesse sentido, é possível afirmar que com a assinatura de acordos com a União para a instalação dos serviços de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas e do Saneamento Rural, houve no Piauí, o

⁷⁵ APEPI. Serviço de Saneamento Rural no Estado do Piauí. Relatório apresentado ao Dr. Lafayette Freitas, pelo Dr. Luiz Pires Leal. Teresina. Imprensa Oficial, 1930, p. 37-38.

⁷⁶ APEPI. Serviço de Saneamento Rural no Estado do Piauí. Relatório apresentado ao Dr. Lafayette Freitas, pelo Dr. Luiz Pires Leal. Teresina. Imprensa Oficial, 1930, p. 37.

início de nova fase no estabelecimento de serviços de saúde pública à população.

A partir de então, temos o prelúdio à constituição de uma estrutura sanitária estadual que ambicionava expandir-se para outras partes do território piauiense.

No âmbito de ações dos serviços federais no estado, cabe ressaltar ainda a realização de diversas conferências em prol do saneamento rural, realizadas nas cidades de Teresina, Parnaíba, Floriano e em algumas localidades da região sul do estado, pelo então inspetor sanitário da Vila de Corrente, Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá.

Verificou-se que, em pouco tempo de atuação, o Serviço de saneamento rural proporcionou a instalação de estrutura sanitária nas principais cidades do estado, de onde se poderia alcançar maior número de habitantes, nestas e nas zonas próximas a elas. Por seu intermédio, ações mais concretas no campo da saúde puderam ser realizadas para além do espaço da capital, diferentemente de anos anteriores, quando não havia uma estrutura sanitária noutras regiões e as ações em saúde se davam de forma emergencial, ou seja, apenas quando do surgimento de epidemias.

REFERÊNCIAS

- BLAKE, S. (2003). *The Medicalization of Nordestinos: Public Health and Regional Identity in Northeastern Brazil, 1889-1930*. *The Americas*, 60(2), p. 217-248.
- CASTRO SANTOS, Luiz A. Poder, Ideologias e Saúde no Brasil da Primeira República. In: HOCHMAN, Gilberto (org.). *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- HOCHMAN, Gilberto & FONSECA, Cristina M. Oliveira. O que há de novo? Políticas de saúde e previdência, 1937-45. In: PANDOFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 73-93.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. 2. ed., aumentada. São Paulo: Hucitec, 2013.

PONTE, Carlos Fidelis; KROPF, Simone P.; LIMA, Nísia, T. O sanitismo (re)descobre o Brasil. PONTE, Carlos Fidelis; FALLEIROS, Ialê. (org.). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz; Escola Politécnica de Saúde - Fiocruz, 2010. Disponível em: <http://observatoriohistoria.coc.fiocruz.br/php/level.php?lang=pt&component=37&item=7>.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *A Gripe Espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, Érika Mello de. *Educação sanitária: orientações e práticas federais desde o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária ao Serviço Nacional de Educação Sanitária (1920-1940)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

Artigo recebido em 31/05/2020 e aprovado em 11/08/2020.